



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0834729/2018**

**PA COPAM Nº:** 13280/2018/001/2018

**SITUAÇÃO:** Sugestão pelo Indeferimento

**EMPREENDEDOR:** Nacional Locação de Equipamentos e Veículos Del Rei LTDA

**CNPJ:** 09.226.767/0001-08

**EMPREENDIMENTO:** Nacional Locação de Equipamentos e Veículos Del Rei LTDA

**CNPJ:** 09.226.767/0001-08

**MUNICÍPIO:** São João Del Rei

**ZONA:** Urbana

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:**

- Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas

CÓDIGO:	PARÂMETRO:	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
F-05-18-0	Capacidade de recebimento	Aterro de resíduos da construção civil (classe "A"), exceto aterro para armazenamento/disposição de solo proveniente de obras de terraplanagem previsto em projeto aprovado da ocupação.	2	0

**CONSULTORIA / RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

Even Vicentini Magalhães

**REGISTRO:**

CREA/MG: 158301

**AUTORIA DO PARECER**

**MATRÍCULA**

**ASSINATURA**

Renata Fabiane Alves Dutra  
Gestora Ambiental  
Engenheira Ambiental

1.372.419-0

De acordo:  
Cezar Augusto Fonseca e Cruz  
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.147.680-1



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0834729/2018**

O empreendimento Nacional Loc. Equip. Veic. Del Rei LTDA exerce suas atividades no município de São João Del Rei – MG. Em 03/12/2018, foi formalizado na Supram Sul de Minas, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 13280/2018/001/2018. De acordo com informação contida no RAS o empreendimento iniciou as atividades de instalação em 19/11/2017.

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é “Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para armazenamento/disposição de solo proveniente de obras de terraplanagem previsto em projeto aprovado da ocupação” com capacidade de recebimento de 100 m³/dia, o que justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista ser atividade dos códigos listados no artigo 19 da DN Copam nº 217/2017.

Os resíduos sólidos de construção civil (RCC) recebidos pelo empreendimento são exclusivamente classe A. Os resíduos são levados a área do aterro onde são depositados de acordo com critérios operacionais, não havendo procedimentos de triagem, reciclagem, transbordo e armazenamento transitório. A vida útil estimada é de 5 anos. Vale salientar a importância no atendimento às diretrizes para projeto, implantação e operação de aterros previstas na ABNT NBR 15113.

O empreendimento encontra-se em zona urbana em área contígua a residências e conta com 4 funcionários. O curso d’água mais próximo localiza-se a cerca de 150 metros do empreendimento.

Conforme análise de imagens do Google Earth, o local em questão conta com a presença de uma voçoroca em estágio avançado, provocada por ação antrópica e acelerada pelo direcionamento de águas pluviais ocasionando deslizamento de terra. Consta nos autos do processo o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) que utilizará resíduos da construção civil por meio de aterramento e reconstrução dos taludes e posterior revegetação.

Foi possível verificar em consulta às imagens de satélite (Figs 1 e 2) que a área já utilizada para disposição de resíduos da construção civil foi ocupada sem a devida autorização para supressão de vegetação emitida pelo órgão ambiental estadual.

No ano de 2014 a área frontal do empreendimento possuía vegetação nativa em desenvolvimento, vide círculo branco na Fig 1. Em 2018 esta área encontra-se tomada pela disposição de resíduos da construção civil, vide seta branca na Fig. 2. Tendo em vista as infrações praticadas previstas nos códigos 107 (operar atividade sem a devida licença ambiental) e 301 (suprimir vegetação sem autorização) do Decreto 47.383/2018 o empreendimento foi autuado vide auto de infração 97985/2018.

Cabe ainda destacar que de acordo com a Fig. 2 podemos observar que a área indicada pelo círculo branco representa área futura de supressão de vegetação e aterramento de resíduos da construção civil. As informações prestadas no requerimento de LAS bem como no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) não relataram a necessidade de intervenção ambiental verificada, sendo que de acordo com a norma vigente, a obtenção do referido documento autorizativo deve ser prévio a formalização do processo de LAS, o que não ocorreu.

Logo, a não obtenção de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental (DAIA) junto ao Núcleo Regional de Regularização Ambiental (NRR) de São João Del Rey constitui subsídio para o indeferimento deste processo.



**Figura 1** - Imagem de satélite obtida no Google Earth com a demarcação da área diretamente afetada pelo empreendimento. Círculo branco indica ocorrência de supressão de vegetação prévia sem a devida autorização.

Data: 29/04/2014



**Figura 2** – Imagem de satélite obtida no Google Earth com a demarcação da área diretamente afetada pelo empreendimento. Círculo branco indica área a ser suprimida sem a devida solicitação de autorização. Data:

15/07/2018

No preenchimento do FCE eletrônico foi informado que não há incidência de critério locacional. Porém, considerando o cenário acima exposto há de se aplicar o critério “Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas”.

A água a ser utilizada no empreendimento para consumo humano e aspersão será proveniente da concessionária local DAMAE. Foi informado que o esgoto sanitário gerado será direcionado in natura para a rede pública coletora. Considerando que a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE Colônia Marçal) em operação no município não abrange a área do empreendimento; que a ETE principal encontra-se em fase de instalação, vide PA 09915/2006/001/2014 com certificado de licença obtido na 128ª reunião COPAM realizada em 18/12/2015; e que foi informado que o efluente será lançado in natura na rede coletora municipal, deverá o empreendedor providenciar destinação adequada ou sistema simplificado de tratamento para atender os 4 funcionários.



Quanto aos ruídos, considerando a proximidade do local a núcleos populacionais e tendo em vista que no RAS consta que o exercício da atividade não é capaz de produzir vibração com níveis de pressão sonora fora dos limites, seria solicitada a apresentação de laudo de ruídos comprovando que os limites estão de acordo com a legislação vigente, quando da operação do empreendimento.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado e descritas neste parecer, sugere-se o indeferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Nacional Locação de Equipamentos e Veículos Del Rei LTDA” para a atividade de “Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para armazenamento/disposição de solo proveniente de obras de terraplanagem previsto em projeto aprovado da ocupação”, no município de São João Del Rei – MG.